



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**PLANO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA**

**EXERCÍCIO 2017**

**Equipe Gestora:**

**Leonel Gois Lima Oliveira**  
Auditor-chefe de Controle Interno

**Lídia Maria Mendes dos Santos**  
Auditora de Controle Interno

**Carlos André Melo Pontes**  
Auditor de Controle Interno

**Fortaleza (CE), novembro de 2016**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**EQUIPE**

**Quadro 1 – Equipe da Auditoria Administrativa de Controle Interno  
(posição 11/2016)**

<b>Ordem</b>	<b>Gestão/Coordenação</b>	<b>Cargo/Função</b>
1	Leonel Gois Lima Oliveira	Auditor-chefe de Controle Interno
2	Lídia Maria Mendes dos Santos	Auditora de Controle Interno
3	Carlos André Melo Pontes	Auditor de Controle Interno
<b>Equipe Técnica</b>		<b>Cargo/Função</b>
4	Antonia Tatiana Ribeiro de Araújo	Técnico Judiciário
5	Cinara Castelo Branco de Castro	Técnico Judiciário
6	Francisco Vieira de Castro	Técnico Judiciário
7	Gerson Ricardo Porto Farias	Analista Judiciário
8	Jaime Correia Neto	Analista Judiciário
9	Karla Caldas Borges	Analista Judiciário
10	Mário David Magalhães Soares Fernandes	Analista Judiciário
11	Soraya Saraiva Sampaio	Auxiliar Judiciário
<b>Apoio Administrativo</b>		
12	Nelson Rubens de Castro Sampaio	Terceirizado
13	Tácila Cris de Sousa Viana	Estagiária

**SUMÁRIO**

1. Apresentação.....	4
2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno.....	5
2.1. O Amparo Legal e Normativo.....	5
2.2. A Missão, a Visão de Futuro e os Valores .....	5
2.3. A Capacidade Operacional e de Gestão.....	5
2.4. Formas de Atuação.....	7
3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação – 2016.....	7
3.1. Planejamento Estratégico .....	7
3.2. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria.....	7
3.3. Principais Atividades de Verificação.....	8
4. Política de Atuação e Metodologia.....	10
4.1. Planejamento.....	10
4.2. Matriz de Risco.....	11
4.3. Alocação da Força de Trabalho.....	11
4.4. Atividades Planejadas.....	14
5. Outras Considerações.....	17
6. ANEXOS (I – II – III, IV, V e VI).....	18



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**PLANO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA – 2017**

OOO

**1. Apresentação**

1. O **Controle** é um processo estruturado que visa a mitigar riscos na execução dos fluxos dos processos, dos procedimentos e na tomada de decisões, objetivando garantir que as atividades se concretizem com razoável segurança e em estrita conformidade com as leis, normas e regulamentos.
2. Por sua vez, por fidelidade a essas diretrizes, a Auditoria Administrativa de Controle Interno (Audin) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) busca, em suas atividades, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços, para a racionalidade dos gastos públicos e o combate ao desperdício.
3. Com esses propósitos, a Auditoria Administrativa de Controle Interno apresenta o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria para o ano de 2017, tendo como premissas básicas as suas atribuições legais, os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
4. O planejamento das atividades compreende as ações que definirão a amplitude, o escopo e a profundidade das auditorias a serem realizadas, com vistas ao cumprimento da missão institucional desta unidade de Auditoria Interna e o apoio aos gestores do TJCE para uma administração orientada para a aderência às normas e para resultados.

## 2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno

### *2.1. O Amparo Legal e Normativo*

5. A necessidade de implantação de um Sistema de Controle Interno no âmbito dos três Poderes está definida nos artigos 70 e 74 da Carta Magna de 1988, nos artigos 68 e 190-A da Constituição do Estado do Ceará e no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, a Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, alterada pela Lei nº 15.833/2015, prevê, no artigo 10, as finalidades e as competências da Auditoria Administrativa de Controle Interno no âmbito do Poder Judiciário do Ceará.

6. O CNJ, por meio das Resoluções Nº 86, de 8 de setembro de 2009, e Nº 171, de 1º de março de 2013, prescreve sobre a organização e o funcionamento das unidades de controle interno nos Tribunais do Poder Judiciário, enfatizando propósitos, diretrizes, princípios, conceitos e as normas técnicas necessárias à sua integração.

### *2.2. A Missão, a Visão de Futuro e os Valores*

7. A Auditoria Administrativa de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como **missão** “Contribuir para a garantia da excelência nas atividades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, atuando para o fortalecimento dos controles internos”. Por seu turno, a **visão de futuro** é a de “ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário”.

8. As atividades a serem desenvolvidas submeter-se-ão rigorosamente aos princípios da boa gestão pública e serão pautadas nos **valores** inarredáveis da ética, da transparência, do comprometimento, da responsabilidade, do respeito e do espírito de equipe, sempre na busca da excelência em seus trabalhos.

### *2.3. A Capacidade Operacional e de Gestão*

9. Para cumprir a sua missão e contribuir para uma gestão de padrões de qualidade e segurança exigidos nas áreas administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, faz-se necessário contar com estrutura adequada de recursos humanos e materiais, insumos indispensáveis ao regular desempenho dos papéis de fiscalização, de assessoramento e de orientação às unidades.

10. Subordinada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, a estrutura organizacional da unidade conta com três cargos comissionados: um de Auditor-chefe – DJS1 e dois de Auditor de Controle Interno – DJS2.

11. O quadro atual de servidores da Auditoria Administrativa de Controle Interno encontra-se constituído por cargos e funções, da seguinte forma:

**Quadro 2 – Equipe da Auditoria Interna por Cargos e Funções (novembro/2016)**

<b>Cargos/Funções</b>	<b>Quantidade</b>
Auditor-chefe de Controle Interno	1
Audidores de Controle Interno	2
Técnicos	8
Apoio Administrativo	1
Estagiário	1
<b>Total</b>	<b>13</b>

#### ***2.4. Formas de Atuação***

12. A Audin espera realizar auditorias nas seguintes modalidades:

I – ordinariamente, de acordo com este Plano Anual de Atividades de Auditoria a ser submetido à aprovação da Presidência do Tribunal de Justiça;

II – por demandas expressas dos órgãos do TJCE, se deferidas pela Presidência;

III – por determinação do Auditor-chefe, quando a necessidade assim exigir, sob comunicação prévia à Presidência do TJCE;

IV – por determinação da Presidência do TJCE, que indicará os fins e a extensão dos trabalhos de auditoria a serem realizados;

V – por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com anuência prévia da Presidência do TJCE.

### **3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação – 2017**

#### ***3.1. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria***

13. A Auditoria Administrativa de Controle Interno, alinhando suas atividades às determinações legais, às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e ao direcionamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará, embasou a realização do seu Plano de Ação para 2017 a partir dos objetivos e propósitos delineados, enfocando:

- a) os princípios constitucionais que vinculam a gestão pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;
- b) os princípios básicos que orientam a gestão das áreas Administrativas do TJCE, como: participação, cooperação, parceria, transparência e racionalidade;
- c) o volume de recursos envolvidos, tendo como referência os valores orçamentários executados em 2016;
- d) ações preventivas para aprimoramento das práticas da boa gestão, que visem ao compromisso com a qualidade e a regularidade na aplicação dos recursos;
- e) a criação de mecanismos de modernização que objetivem conferir transparência e visibilidade aos atos administrativos.

#### ***3.2. Universo Financeiro Passível de Auditorias***

14. A Auditoria Administrativa de Controle Interno deve avaliar, por meio de atividades de controle preventivo e corretivo, os atos de gestão, os processos e procedimentos operacionais e os controles internos administrativos, focando na melhoria da qualidade dos serviços prestados, na racionalidade dos gastos públicos e no combate ao desperdício.

15. Para tanto, são passíveis de abordagem as ações empreendidas pelos gestores das Unidades Administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, responsáveis pela execução orçamentária dos recursos alocados para o exercício de 2016, na forma a seguir:

Quadro 3 – Execução Orçamentária – 2016 (R\$)

Fonte: TESOURO 2016		Fonte: FERMOJU 2016		FUNSEG 2016	
Custeio	69.848.428,17	Custeio	94.577.473,27	Custeio	15.378,80
Pessoal	764.984.083,10	Investimento	3.033.773,91	Investimento	1.902.041,94
<b>Total</b>	<b>834.832.511,27</b>		<b>97.611.247,18</b>		<b>1.917.420,74</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG (CE) – (valores empenhados até out/2016 – acesso realizado em nov/2016).

### 3.3. Principais Atividades de Verificação

16. As principais atividades de verificação estão listadas a seguir:

#### a) Avaliação e Acompanhamento

- Adequação e eficácia dos controles;
- Integridade das informações contábeis, orçamentárias e patrimoniais;
- Avaliação dos controles internos.

#### b) Observância, Comprovação da Legalidade e Avaliação dos Resultados

- Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, normas, leis, procedimentos e regulamentos, bem como sua efetiva utilização, compreendendo a gestão orçamentária e de pessoal;
- Eficiência, eficácia e economicidade na aplicação dos recursos, dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos, englobando a gestão financeira e patrimonial.

#### c) Apoio ao Controle Externo

- Tratamento/comunicação e acompanhamento das ocorrências detectadas nos trabalhos de Auditoria;
- Elaboração de relatório de acompanhamento da gestão fiscal;
- Elaboração de relatório de auditoria sobre a prestação de contas dos órgãos do Poder Judiciário;



- Certificação de prestação de contas dos órgãos do Poder Judiciário;
- Realização de diligências ou auditorias eventualmente requeridas.

**d) Monitoramento e Acompanhamento de Auditoria**

- Ações de monitoramento e acompanhamento das providências adotadas pelas unidades auditadas, por meio de coleta sistemática de informações para análise da implementação das determinações e recomendações consignadas nos relatórios de auditoria;
- Elaboração de relatório de monitoramento sobre o cumprimento das recomendações e determinações indicadas nos relatórios de auditoria.

#### 4. Política de Atuação e Metodologia

17. As atividades de auditoria buscarão aferir a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, com abordagem dos principais aspectos de controle a seguir:

- a) diretrizes e metas;
- b) processos de licitação, dispensas e inexigibilidades;
- c) patrimônio;
- d) execução orçamentária, financeira e contábil;
- e) contratos e convênios (execução e acompanhamento);
- f) inspeções administrativas;
- g) fiscalizações;
- h) avaliação dos controles internos;
- i) demais aspectos operacionais e administrativos.

18. O controle é ferramenta indispensável em todos os processos e procedimentos de uma entidade corporativa. Por isto, e devido à importância de que se reveste, esta Unidade de Auditoria de Controle Interno buscará meios de continuar a disseminar a cultura de controle interno por meio de novas oportunidades de interação com os demais segmentos do Poder Judiciário.

19. A metodologia a ser adotada no Plano de Atividades segue a doutrina e as regras de auditoria aplicáveis ao Controle Interno do Setor Público e envolve as seguintes etapas.

##### ***4.1. Planejamento***

20. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício 2017 está embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios, sistemas eletrônicos e unidades vinculadas, submetidos a um procedimento prévio de avaliação visando à priorização dos trabalhos, sendo as atividades realizadas por meio de:

- a) Auditoria – exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos;

- b) Inspeção Administrativa – técnica de prevenção e controle utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos praticados por agentes responsáveis;
- c) Fiscalização – técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação de resultados.

#### ***4.2. Matriz de Risco***

21. A elaboração de uma matriz de risco é base para a etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria e permite definir com razoável segurança que processos, controles internos e objetos devem ser verificados prioritariamente em função da vulnerabilidade de cada um deles e sua importância relativa para os procedimentos de auditoria. Ela envolve três dimensões principais: ***materialidade, complexidade e relevância.***

22. A *matriz de risco* contém a pontuação correspondente a cada objeto de forma ordenada, correspondente ao somatório da pontuação relativa, atribuída aos fatores de risco, decorrente da aplicação pela equipe de auditoria de pesos correspondentes a cada fator.

#### ***4.3. Alocação da Força de Trabalho***

23. Foi reservado 8% do total de dias úteis do exercício para as ações de desenvolvimento e capacitação da equipe, cujo plano, previsto no Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ, foi apresentado à Presidência desta Corte de Justiça por meio do ofício nº 029/2016, em 04 de outubro de 2016, contemplando as ações para promover capacitação da equipe gerencial e técnica, bem como maior incentivo ao processo de educação continuada, com o objetivo de consolidar equipe multidisciplinar habilitada para cumprir sua missão institucional.

24. Também foi alocado 7% do total de dias úteis do exercício para as ações de monitoramento das atividades de auditoria. O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático das providências adotadas pela unidade auditada das recomendações/determinações inseridas nos relatórios de auditoria quanto à sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

25. A distribuição da força de trabalho por atividades, objetiva otimizar o esforço que será despendido nas atividades de gestão e execução com alocação dos dias úteis estimados, conforme se demonstra no quadro adiante.

**Quadro 4 – Dias alocados por equipe – 2017**

<b>Equipe</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Dias</b>
<b>Equipe Gestora</b>	<b>100%</b>	<b>450</b>
Gestão e Acompanhamento	85%	383
Planejamento Anual/Longo Prazo	10%	45
Demandas Externas	5%	22
<b>Equipe Técnica</b>	<b>100%</b>	<b>1104</b>
Auditorias Programadas	85%	938
Auditorias Especiais	15%	166
<b>Total</b>		<b>1554</b>

26. Entre as ações de gestão e acompanhamento, há aquelas voltadas para disseminar conhecimentos de atividades de controles internos, conscientizar para a necessidade de aprimoramento dos processos de trabalho, aperfeiçoar as práticas de gestão e reduzir os níveis de exposição a riscos operacionais.

27. Nos trabalhos de auditorias programadas tratados neste plano estão englobadas as seguintes modalidades de atuação:

- **Auditoria Operacional:** acompanhamento e avaliação das ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional ou parte dele, além dos contratos, com a finalidade de certificar a efetividade e oportunidade dos controles internos;
- **Auditoria de Gestão:** certificar a regularidade das contas, verificando a execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes, governança de TI, riscos, resultados, bem como a probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- **Auditoria Contábil:** certificar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, com a legislação e se as demonstrações originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações apresentadas;

- **Auditoria Permanente:** acompanhamento e avaliação do sistema de Distribuição (Portaria Nº 177/2011) e das informações do Portal da Transparência;
- **Auditoria Sistemática:** engloba as atividades pertinentes à Execução Orçamentária, Gestão Fiscal, Suprimento de Fundos e Prestação de Contas;
- **Auditoria Especial:** exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, realizada para atender solicitação expressa de autoridade competente;
- **Ação Coordenada de Auditoria:** atividades executadas em atendimento ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, objetivando a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário.

28. A força de trabalho a ser alocada está distribuída conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

**Quadro 5: Dias alocados por atividade – 2017**

Atividades	Nº Dias	% por atividade
Gestão e Acompanhamento	403	26%
Auditorias Programadas	938	60%
Auditorias Especiais	166	11%
Planejamento Anual	31	2%
Demandas Externas	16	1%
<b>Total</b>	<b>1554</b>	<b>100%</b>

**Quadro 6 – Dias alocados por modalidade – 2017**

Modalidade	%	Nº Dias
Operacional – Processos/Controles internos	28%	315
Operacional – Contratos	19%	210
Operacional – Tecnologia da Informação	11%	120
Operacional – Serviços de Engenharia/Controles Internos	13%	138
Especial	15%	166
Permanente	5%	55
Sistemática	5%	55
Outras atividades	4%	45
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>1104</b>

29. A quantidade de dias para execução de cada trabalho de auditoria foi estimada para atingir o maior quantitativo do universo a ser auditado, de forma a reduzir o prazo do ciclo de auditoria.

30. Os objetos dos trabalhos de auditoria foram segmentados nas categorias de grande, médio e pequeno porte, sendo atribuídos prazos de até 60 (sessenta), até 45 (quarenta e cinco) e até 30 (trinta) dias úteis, respectivamente.

#### ***4.4. Atividades Planeadas***

31. O ANEXO I (Matriz de Risco – Processos) informa os processos operacionais e a avaliação dos controles internos administrativos que serão auditados, conforme a força de trabalho;

32. O ANEXO II (Matriz de Risco – Contratos) informa os contratos de valor superior a R\$ 250 mil, objeto das atividades de observância, comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, conforme força de trabalho calculada.

33. O ANEXO III (Matriz de Risco – Tecnologia da Informação) mostra as atividades/sistemas da área de Tecnologia da Informação que serão objeto de auditoria.

34. No ANEXO IV (Matriz de Risco – Serviços de Engenharia) constam as atividades de construções e reformas e a análise dos controles internos administrativos do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

35. O ANEXO V (Atividades Sistemáticas) mostra as atividades de avaliação e acompanhamento relativas a suprimento de fundos, execução orçamentária, gestão fiscal e prestação de contas anual.

36. No ANEXO VI consta a descrição dos fatores de risco utilizados para elaboração da Matriz de Risco.

37. Para o exercício de 2017, foram selecionados os objetos relacionados a seguir:

#### **Processos Operacionais**

- FERMOJU-Recursos diretamente arrecadados – Fonte 70;
- Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal);
- Gerenciamento de Frota de Veículos;
- Despesa Exercício Anterior – DEA – Custeio;
- Indenizações/restituições;

- FERMOJU - Recursos arrecadados da venda de selos;
- Passagens aéreas e diárias (civil/militar).

#### **Contratos**

- Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.;
- Softplan – Planejamento e Sistemas Ltda.;
- CPM Braxxis S.A.;
- Cia. Energética do Ceará – COELCE;
- Empresa Oi Móvel S.A.

#### **Tecnologia da Informação (sistemas)**

- Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância;
- Sistema para Progressão por Desempenho (Servidores).

#### **Serviços de Engenharia**

- Reforma da Sala de Provas Bélicas do Fórum Clóvis Beviláqua (Berma Engenharia e Comércio Ltda.) – CT 015/2016.
- Reforma parcial do Fórum da Comarca de Sobral-CE: recuperação estrutural da fachada (CM. Menezes Engenharia Ltda. ME.) – CT 03/2016.
- Reforma parcial do prédio do Fórum da Comarca de São Gonçalo do Amarante (Curva Construtora e Serviços Ltda.) – CT 015/2014.

#### **Atividades Sistemáticas**

##### **I) Suprimento de Fundos (por amostragem):**

- a) avaliar a consistência e confiabilidade dos procedimentos;
- b) examinar a observância das políticas, normas e procedimentos definidos;
- c) emitir relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos.

##### **II) Execução Orçamentária:**

- a) avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidos;
- b) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;
- c) examinar a inscrição e pagamento de Restos a Pagar;
- d) acompanhar as alterações orçamentárias;
- e) emitir relatório sobre a execução orçamentária.

**III) Gestão Fiscal:**

- a) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;
- b) acompanhar o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) monitorar o cumprimento dos prazos de apresentação e publicação.

**IV) Tomada e Prestação de Contas Anual**

- a) analisar a conformidade das contas com os dispositivos legais aplicáveis;
- b) emitir Relatório de Auditoria integrante do processo de Prestação de Contas;
- c) certificar a Prestação de Contas para apresentação ao Órgão Julgador;
- d) monitorar o cumprimento dos prazos para apresentação.

**V) Outras atividades:**

- a) participação nas reuniões da elaboração do Sistema de Auditoria – Sisaud;
- b) emissão de Parecer (Resolução CNJ 114/2010);
- c) outras atividades inerentes aos trabalhos de auditoria.



## 5. Outras Considerações

38. Ressalte-se que os procedimentos relacionados aos convênios e unidades vinculadas serão examinados no contexto dos processos operacionais, com o objetivo de melhor aproveitar a força de trabalho, destacando que, no contexto deste Plano, as unidades judiciárias e extrajudiciárias vinculam-se ao Fermoju.

39. Nas matrizes de risco relativas a processos operacionais e a Serviços de Engenharia, encontra-se contemplada a avaliação dos controles internos administrativos das unidades pertinentes.

40. Por se tratar de estimativa, o plano anual de atividades poderá sofrer alterações no decorrer do exercício, visando a adequar a programação às demandas e à realidade da Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno.

41. A Matriz de Contratos poderá sofrer atualizações sistemáticas ao longo do exercício, para otimização dos resultados de auditoria, bem como poderá ocorrer a substituição de contrato concluído, respeitada a sequência da Matriz de Riscos.

42. Por fim, considerando-se as peculiaridades do primeiro semestre, com referência à concentração de férias e os esforços para fechamento das atividades do exercício anterior, estima-se realizar, até o dia trinta de junho, o percentual de 40% das auditorias programadas na modalidade de Auditoria Operacional.

Fortaleza, 14 de novembro de 2016.

**Leonel Gois Lima Oliveira**  
Auditor-chefe de Controle Interno

**Carlos André Melo Pontes**  
Auditor de Controle Interno

**Lídia Maria Mendes dos Santos**  
Auditora de Controle Interno



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO I - MATRIZ DE RISCO**  
**Processos**

Universo	VALORES EMPENHADOS-2016 (R\$)				Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
	TJ	FERMOJU	FUNSEG	TOTAL	Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
					5	4	3	2	1				
FERMOJU-Recursos diretam. arrecadados - Fonte 70		71.740.654,83		71.740.654,83	1	4	4	4	3	44	73	45	45
Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal)	634.830.546,85			634.830.546,85	1	4	4	4	3	44	73	60	105
Gerenciamento de Frota de Veículos		941.091,36		941.091,36	4	3	1	3	3	44	73	30	135
Despesa Exercício Anterior – DEA – Custeio	3.267.304,13	20.324.598,76		23.591.902,89	2	3	4	4	2	44	73	45	180
Indenizações/restituições	16.794.896,74			16.794.896,74	4	1	4	2	3	43	72	45	225
FERMOJU - Recursos Arrecad. da Venda de Selos		24.333.735,81		24.333.735,81	2	3	4	3	3	43	72	45	270
Passagens aéreas e diárias (civil/militar)	2.162.627,13	801.642,94		2.964.270,07	4	2	2	3	3	43	72	45	315
Despesa Exercício Anterior – DEA – Pessoal	14.335.323,38			14.335.323,38	2	3	4	3	2	42	70	45	360
Auxílio Alimentação - RPPS	21.811.500,26			21.811.500,26	3	2	4	2	2	41	68	30	390
Serviços de telecomunicações	1.711.708,09			1.711.708,09	4	2	1	3	3	40	67	45	435
Patrimônio Imóveis	146.092.785,52	277.741,12		146.370.526,64	2	3	3	3	3	40	67	30	465
Pensões exclusive de RGPS	3.519.176,38			3.519.176,38	4	2	2	2	2	40	67	60	525
Locação de veículos		1.836.302,00		1.836.302,00	3	4	1	2	2	40	67	30	555
Locação de mão de obra	13.187.668,10	21.452.086,83		34.639.754,93	1	4	4	2	2	39	65	30	585
Compensação aos Registradores Civis		17.947.208,05		17.947.208,05	1	3	4	3	3	38	63	30	615
Material de Consumo		2.230.223,84	6.630,80	2.236.854,64	3	3	1	3	2	38	63	45	660
Água	778.857,71			778.857,71	4	2	1	2	2	37	62	30	690
Manutenção e Guarda de Documentos	35.157,78			35.157,78	4	2	1	2	1	36	60	30	720
Energia elétrica	3.707.310,95	1.980.250,26		5.687.561,21	1	3	4	2	2	35	58	30	750
Vale-Transporte		97.353,00		97.353,00	4	2	1	1	2	35	58	30	780
Locação de Máquinas e Equipamentos		300.354,94		300.354,94	2	4	1	2	2	35	58	30	810
Equipamentos e Material Permanente		655.513,54	1.795.540,40	2.451.053,94	2	3	1	3	2	33	55	30	840
Serviços de Comunicação em geral		4.024.615,67		4.024.615,67	1	3	3	2	2	32	53	30	870
Obrigações Patronais (INSS)	5.198.433,28			5.198.433,28	1	2	4	2	2	31	52	45	915
Estagiários/monitores	6.221.186,03			6.221.186,03	1	2	4	2	2	31	52	30	945
Gestão da Esmec	39.874,29	32.385,59		72.259,88	1	3	1	3	3	29	48	30	975
Contribuição ao FUNAPREV	103.642.687,74			103.642.687,74	1	1	4	3	2	29	48	45	1020
Ressarcimento de Despesas com pessoal requisitado	1.152.361,62			1.152.361,62	1	3	1	3	2	28	47	45	1065



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO II - MATRIZ DE RISCO**  
**Contratos**

Contrato	Credor	Total Contrato (R\$)	Descrição	Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
				5	4	3	2	1				
CT-013/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	8.099.817,60	Serviço	4	4	3	4	2	55	92	30	30
CT-021/2016	SOFTPLAN - PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA.	11.332.588,80	Serviço	4	3	3	4	0	49	82	45	75
CT-036/2012	CPM BRAXIS S.A.	2.089.762,50	Serviço	1	3	4	4	10	47	78	45	120
CT-025/2012	CIA ENERGETICA DO CEARA – COELCE	3.838.143,12	Serviço	3	4	4	1	2	47	78	45	165
CT-010/2016	EMPRESA OI MÓVEL S/A.	3.268.780,32	Serviço	2	4	4	4	0	46	77	45	210
CT-007/2012	CAGECE - COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO ESTADO DE CEARA	994.279,88	Serviço	1	4	4	4	4	45	75	30	240
CT-010/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA.	2.641.920,00	Serviço	2	4	3	4	1	44	73	30	270
CT-007/2015	CTIS TECNOLOGIA S/A	3.643.175,28	Serviço	2	3	4	4	2	44	73	30	300
CT-027/2011	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	3.737.522,76	Serviço	2	3	2	3	10	44	73	30	330
CT-022/2015	LANLINK INFORMÁTICA LTDA.	2.611.820,00	Serviço	2	4	3	4	0	43	72	30	360
CT-014/2015	BANCO DO BRASIL S.A.	21.000.000,00	Serviço	4	3	3	1	0	43	72	30	390
CT-005/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.	4.568.442,36	Serviço	3	4	2	1	3	42	70	30	420
CT-043/2014	INTERSEPT LTDA.	20.811.132,96	Serviço	4	3	2	2	0	42	70	30	450
CT-042/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	15.992.683,68	Serviço	4	3	2	1	0	40	67	30	480
CT-041/2011	COINTEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA.	1.764.567,98	Serviço	1	3	3	4	6	40	67	30	510
CT-016/2013	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARA - ETICE	1.682.188,80	Serviço	1	3	3	4	3	37	62	30	540
CT-042/2013	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA.	2.606.432,83	Serviço	2	3	3	3	0	37	62	30	570
CT-017/2011	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO DEFICIENTE AUDITIVO – APADA.	1.257.847,56	Serviço	1	2	2	4	10	37	62	30	600
CT-033/2013	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	1.449.718,56	Serviço	1	3	3	3	5	37	62	30	630
CT-004/2015	LANLINK INFORMATICA LTDA	19.574.984,00	Serviço	1	3	4	1	5	36	60	30	660
CT-039/2014	COINTEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA.	1.296.865,64	Serviço	1	3	3	4	1	35	58	30	690
CT-005/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	818.384,16	Serviço	1	3	3	4	1	35	58	30	720
CT-004/2016	TECNOLACH INDUSTRIAL LTDA.	1.688.001,00	Aquisição	1	3	3	4	0	34	57	30	750
CT-020/2013	LANLINK INFORMATICA LTDA	724.763,12	Aquisição	1	3	3	4	0	34	57	30	780
CT-048/2013	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.	1.266.700,00	Aquisição	1	3	3	4	0	34	57	30	810
CT-048/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	711.894,72	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	30	840
ARP-012/2016	RR DONNELLEY EDITORA E GRÁFICA LTDA.	420.000,00	Aquisição	1	3	3	4	0	34	57	30	870
ARP Nº 03/2016	MELHOR PROPOSTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.	373.188,85	Aquisição	1	3	3	4	0	34	57	30	900
CT-018/2014	ALBERFLEX INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA.	4.996.560,00	Aquisição	3	2	2	2	1	34	57	30	930



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO II - MATRIZ DE RISCO**  
**Contratos**

Contrato	Credor	Total Contrato (R\$)	Descrição	Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
				5	4	3	2	1				
CT-011/2016	IBM BRASIL – INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.	503.588,64	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	30	960
ARP-013/2015	VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S/A.	440.960,00	Aquisição	1	3	3	4	0	34	57	30	990
ARP-033/2016	RTA – REDE DE TECNOLOGIA AVANÇADA LTDA.	480.000,00	Aquisição	1	3	3	4	0	34	57	30	1020
CT-037/2014	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HOM LTDA. - EMBRATEC GOOD CARD.	1.566.656,65	Serviço	1	3	3	3	1	33	55	30	1050
CT-012/2015	BERMA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.	1.949.536,88	Serviço	1	4	3	1	1	33	55	30	1080
CT-029/2013	EGEL - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.	1.003.292,64	Serviço	1	3	2	4	2	33	55	30	1110
CT-056/2012	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	966.756,36	Serviço	1	3	3	3	0	32	53	30	1140
CT-008/2016	PRIMARE ENGENHARIA LTDA.	692.390,77	Serviço	1	3	2	4	1	32	53	30	1170
CT-056/2013	D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.	909.303,12	Serviço	1	3	2	4	0	31	52	30	1200
CT-014/2013	STUDIO F3 LTDA IME.	312.776,40	Serviço	1	2	2	4	4	31	52	30	1230
CT-044/2014	D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - EPP	1.404.810,96	Serviço	1	3	2	4	0	31	52	30	1260
ARP N° 011/2016	DISTRIFORT – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS & EQUIPAMENTOS LTDA-ME.	252.184,50	Aquisição	1	3	2	4	0	31	52	30	1290
CT-011/2015	ACECO TI S/A.	391.244,20	Serviço	1	2	2	4	1	28	47	30	1320
CT-020/2014	VECTRA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.	2.188.465,44	Serviço	1	2	2	4	1	28	47	30	1350
CT-040/2013	GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.	820.367,60	Aquisição	1	2	2	4	1	28	47	30	1380
CT-006/2015	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	685.009,51	Serviço	1	2	2	4	1	28	47	30	1410
CT-007/2016	TRANSÁGUA TRANSPORTES DE ÁGUA LTDA.	293.500,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1440
CT-047/2011	DELL COMPUTADORS DO BRASIL LTDA.	254.197,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1470
CT-009/2016	MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	254.598,96	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1500
CT-049/2011	EMPRESA TRANSPORTE RODOVIARIO URUBURETAMA.	876.340,08	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1530
CT-060/2012	WALDIR FROTA SAMPAIO FILHO - ME	285.000,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1560
CT-068/2010	TICKET SERVIÇOS S.A.	366.125,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1590
CT-052/2013	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO DEFICIENTE AUDITIVO – APADA.	646.672,32	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1620
CT-059/2012	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA.	322.636,49	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1650
CT-008/2014	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA.	538.600,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1680
CT-023/2013	SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA.	799.980,42	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1710
CT-024/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA-EPP.	364.752,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1740
CT-025/2015	CITYLOC CT LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.	288.000,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1770
CT-006/2016	CONDOR TURISMO EIRELI – EPP	372.000,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1800



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universo	SIGLA	5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância	SAJ SG	1	4	1	4	4	36	60	60	60
Sistema para Progressão por Desempenho (Servidores)	DESEMPENHO	4	2	1	1	3	36	60	60	120
Sistema de Gestão Financeira	SAJADM - SGF	4	2	1	2	1	36	60	60	180
Sistema de Promoções de Servidores	SPROMO	4	2	1	1	3	36	60	60	240
Sistema de Segurança Integrada de Aplicações	SAJADM - SEG	4	2	1	1	1	34	57	60	300
Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância	SAJ PG	1	4	1	4	3	35	58	60	360
Sistema de Biblioteca Digital	BDJUR	4	2	1	1	1	34	57	60	420
BPM Extension - Módulo de Relatórios de Gestão de Processos de Negócios	BPME <sub>x</sub>	4	2	1	1	1	34	57	60	480
Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas	CADARM	4	2	1	1	1	34	57	60	540
Coletor Estatístico Pai Presente	CEPP	4	2	1	1	1	34	57	60	600
Concurso de Remoção para Servidores Efetivos	CONCURSO REMOÇÃO	4	2	1	1	1	34	57	60	660
Ensino a Distância	EAD	4	2	1	1	1	34	57	60	720
Sistema que disponibiliza contracheque e demais informações para os servidores do Judiciário	ESPACOSERVIDOR	4	2	1	1	1	34	57	60	780
Sistema de pré-cadastro das férias dos magistrados	Ferías Magistrados	4	2	1	1	1	34	57	60	840
Sistema de Apoio à Aprendizagem.	Moodle	4	2	1	1	1	34	57	60	900
Portal de Envio de IRPF para Servidores	PEIS	4	2	1	1	1	34	57	60	960
Ponto Eletrônico do Interior	Ponto Eletrônico do Interior	4	2	1	1	1	34	57	60	1020
Portal de Aplicações de Consultas do FERMOJU	PORTAL FERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	1080
Sistema de Fachada para acesso aos dados de RH	RHFACADE	4	2	1	1	1	34	57	60	1140
Sistema de Controle de Acessos aos sistemas do TJ	SAA	4	2	1	1	1	34	57	60	1200
Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado	SAJADM - ALX	4	2	1	1	1	34	57	60	1260
Sistemas de Controle de Processos Administrativos	SAJADM - CPA	4	2	1	1	1	34	57	60	1320
Sistemas de Gestão de Recursos Humanos	SAJADM - GRH	4	2	1	1	1	34	57	60	1380
Sistema da Corregedoria (Portal do Extrajudicial)	SAJADM - PEX	4	2	1	1	1	34	57	60	1440
Sistema de Compras e Licitações	SAJADM - SCL	4	2	1	1	1	34	57	60	1500
Sistema de Custos e Orçamentação	SAJADM - SCO	4	2	1	1	2	35	58	60	1560
Sistema de Gestão de Veículos	SAJADM - SGV	4	2	1	1	1	34	57	60	1620
Sistema de Patrimônio	SAJADM - SIP	4	2	1	1	1	34	57	60	1680



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universe	SIGLA	5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Sistema de Pedidos	SAJADM - SPD	4	2	1	1	1	34	57	60	1740
Sistema de Auditoria da Corregedoria	SAUD	4	2	1	1	1	34	57	60	1800
Sistema de Bens Imóveis	SBIM	4	2	1	1	1	34	57	60	1860
Sistema de Controle de Certificados Digitais	SCCD	4	2	1	1	1	34	57	60	1920
Sistema de Conteúdo WEB	SCON	4	2	1	1	1	34	57	60	1980
Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SCPA	4	2	1	1	1	34	57	60	2040
Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SCPA Novo	4	2	1	1	1	34	57	60	2100
Sistema de Crachás	SCRACHA	4	2	1	1	1	34	57	60	2160
Sistema de Controle de Selos Extrajudiciais	SELOEXTRA	4	2	1	1	1	34	57	60	2220
Sistema de Controle de Selos Judiciais	SELOJUD	4	2	1	1	1	34	57	60	2280
Sistema de Serventias	SERVENTIAS	4	2	1	1	1	34	57	60	2340
Sistema de Gerenciamento da ESMEC	SESMEC	4	2	1	1	1	34	57	60	2400
Sistema de Gerenciamento de Contratos e Convênios	SGCC	4	2	1	1	1	34	57	60	2460
Sistema de Gerenciamento de Resultados	SGR	4	2	1	1	1	34	57	60	2520
Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Memoriais.	SIABI	4	2	1	1	1	34	57	60	2580
Sistema de Postagem dos correios	SIGEP	4	2	1	1	1	34	57	60	2640
Sistema de Gerenciamento de Notícias	SIGNO	4	2	1	1	1	34	57	60	2700
Sistema de Ouvidoria Judicial para controle e acompanhamento das manifestações encaminhadas pela sociedade.	SIOGE	4	2	1	1	1	34	57	60	2760
Sistema de Pagamento de Pessoal	SIPP	4	2	1	1	1	34	57	60	2820
Sistema de Auditoria	SISAUD	4	2	1	1	1	34	57	60	2880
Sistema de Controle de Visitantes	SISCONVI	4	2	1	1	1	34	57	60	2940
Sistema de controle de processos	SISDOC Web	4	2	1	1	1	34	57	60	3000
Sistema de Pagto de Subsídio - Registro Civil	SISFERC	4	2	1	1	1	34	57	60	3060
Sistema de Arrecadação do FERMOJU	SISFERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3120
Sistema utilizado pelos Cartórios para cadastrar os atos praticados no período de 03/12/2001 a 05/12/2008.	SISGUIA ExtraJudicial Offline	4	2	1	1	1	34	57	60	3180
Sistema de Guias Extrajudiciais On-line	SISGUIAS Extrajudicial On-line	4	2	1	1	1	34	57	60	3240
Sistema de Histórico de Pagamento de Guias do FERMOJU	SISGUIAS FERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3300





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universo	SIGLA	5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Sistema de Guias Judiciais	SISGUIAS Judicial	4	2	1	1	1	34	57	60	3360
Sistema Unificado do Fermoju. Composto atualmente por Três módulos: Depósito Judicial, Portal Emissor de Guias e Arrecadação	SISUFERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3420
Sistema de Registro de Plantão Judiciário	SNAJ	4	2	1	1	1	34	57	60	3480
Sistema de Pesquisa Organizacional	SPES	4	2	1	1	1	34	57	60	3540
Sistema de Controle de Número de Ofícios	SPRES	4	2	1	1	1	34	57	60	3600
Sistema de Controle de Acesso com Catraca	VWACESSO	4	2	1	1	1	34	57	60	3660
Base de Julgados do Portal e-SAJ	Banco de Julgados	4	2	1	1	1	34	57	60	3720
Certidão Negativa Cível e Criminal	CNC	4	2	1	1	1	34	57	60	3780
Diário da Justiça Eletrônico	DJE	4	2	1	1	1	34	57	60	3840
Sistema de Eficiência de Unidades Judiciárias e Magistrados	Eficiência.jus	4	2	1	1	1	34	57	60	3900
Sistema para envio de documentos administrativos entre as unidades do TJCE e outros Órgãos.	MALOTE DIGITAL	4	2	1	1	1	34	57	60	3960
Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos de Juizados Especiais, antigos.	MUMPS - JPC	4	2	1	1	1	34	57	60	4020
Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos das Varas de Infância e Juventude, antigos.	MUMPS - SINJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4080
Processo Judicial Eletrônico	PJE	4	2	1	1	1	34	57	60	4140
Disponibiliza painel estatístico da unidade - PJE.	PJE - Painel Estatística	4	2	1	1	1	34	57	60	4200
Portal de Consultas e Serviços para usuários Externos dos sistemas SAJPG e SAJSG	Portal e-SAJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4260
Processo Judicial Digital – Sistema para tramite digital de processos nos Juizados Especiais e Turmas Recursais nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	PROJUDI	4	2	1	1	1	34	57	60	4320
Sistema de Recurso Especial Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça	Recurso Especial Eletrônico – STJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4380
Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal	Recurso Extraordinário Eletrônico - STF	4	2	1	1	1	34	57	60	4440
Registro de Audiências em Áudio e Vídeo	SAJPG-Gravação de Audiências	4	2	1	1	1	34	57	60	4500
Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios	SAPRE	4	2	1	1	1	34	57	60	4560
Sistema de Buscas de Juizados Especiais	SBJE	4	2	1	1	1	34	57	60	4620
Sistema de Conciliação	SCONC	4	2	1	1	1	34	57	60	4680
Consulta Processual Unificada	SCPU	4	2	1	1	1	34	57	60	4740
Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas	SEEU	4	2	1	1	1	34	57	60	4800



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universe	SIGLA	5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Sistema de controle de processos dos gabinetes (Controle de prateleiras)	SGAB	4	2	1	1	1	34	57	60	4860
Sistema de Gerenciamento de Estatísticas da Corregedoria	SGEC	4	2	1	1	1	34	57	60	4920
Sistema de Mediação	SIME	4	2	1	1	1	34	57	60	4980
Sistema de Certidão Criminal On-line da Comarca de Fortaleza. Fornece certidões criminais obtidas através do SPROC e SAJPG para Comarca de Fortaleza.	SISCERTIDÃO	4	2	1	1	1	34	57	60	5040
Sistema Processual de 2º e 1º grau das Comarcas do Interior	SPROC	4	2	1	1	1	34	57	60	5100
Sistema de Medição de Obras	SAJADM - SMO	1	2	1	1	1	19	32	60	5160





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO IV - MATRIZ DE RISCO**  
**Serviços de Engenharia**

		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados	
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno					
Universe		Valor (R\$)	Valor Descritivo								
			5	4	3	2	1				
Reforma da Sala de Provas Bélicas do Fórum Clóvis Beviláqua (Berma Engenharia e Comércio Ltda.) – CT 015/2016.		241.397,70	4	3	1	3	2	43	72	45	45
Reforma parcial do Fórum da Comarca de Sobral-CE: recuperação estrutural da fachada (CM. Menezes Engenharia Ltda. ME.) – CT 03/2016.		283.233,41	4	3	1	3	2	43	72	45	90
Reforma parcial do prédio do Fórum da Comarca de São Gonçalo do Amarante (Curva Construtora e Serviços Ltda.) – CT 015/2014.		35.053,51	4	3	1	2	2	41	68	45	135
Ampliação da caixa do elevador do Fórum Clóvis Beviláqua (CM. Menezes Engenharia Ltda. ME.) - CT 017/2016.		29.444,48	4	2	1	2	2	37	62	45	180
Perfuração de poço tubular profundo, incluindo locação, estudos hidrogeológicos e geofísicos, no terreno do Fórum da Comarca de Canindé (Uzimetal Indústria Construção Comércio e Locação Ltda.) – CT 007/2014.		21.900,00	4	2	1	2	2	37	62	45	225
Construção do novo Fórum da Comarca de Itapipoca (C. Menezes Engenharia Ltda.) – CT 035/2014		3.600.242,88	1	3	2	3	2	31	52	45	270
Reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça (Metas Construções e Serviços Eireli.) – CT 040/2014		1.532.695,41	1	3	1	4	2	30	50	30	300
Reforma geral com ampliação do prédio do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Aracati (Curva Construtora e Serviços Ltda.) - CT 017/2014		437.909,67	1	3	1	3	2	28	47	45	345
Complementação da reforma do Auditório Dom Aloísio Lorscheider - Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Coinstel Construções e Serviços e Instalações Ltda.) – CT 005/2014.		123.064,01	1	3	1	3	2	28	47	45	390
Complementação da reforma do Fórum da Comarca de Horizonte (JT Construção e Consultoria Ltda.) – CT 025/2014.		689.142,72	1	3	1	3	2	28	47	45	435
Recuperação e pintura da fachada do antigo Palácio da Justiça (F.A. Magalhães Construções Ltda.) – CT 036/2014, incluindo a avaliação dos Controles Internos Administrativos do Departamento de Engenharia e Arquitetura.		100.000,00	1	2	1	2	2	22	37	45	480



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO V – Atividades Sistemáticas**

**Atividades Sistemáticas**

**a) Suprimento de Fundos**

Pontos a serem Monitorados	Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
Regularidade da Prestação de Contas	SEFIN/ Concessionário	Examinar a realização das despesas	Documentos comprobatórios da realização das despesas

**b) Execução Orçamentária**

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
PPA / LDO/LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidas	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira das Receitas	SEFIN	Acompanhar o ingresso das receitas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com o ingresso de recursos
Execução Orçamentária e Financeira das Despesas	SEFIN	Acompanhar a realização das despesas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária de Restos a Pagar	SEFIN	Acompanhar a Inscrição e pagamento de RP	Dados produzidos pelo DEFIN
Alterações Orçamentárias	SEFIN	Acompanhar as Alterações orçamentárias	Dados produzidos pelo DEFIN

**c) Gestão Fiscal**

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos limites estabelecidos	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira dos gastos de pessoal	SEFIN	Acompanhar o registro dos gastos	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária e Financeira do repasse dos recursos pelo Tesouro	SEFIN	Acompanhar o repasse dos recursos pela SEFAZ	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas

**d) Prestação de Contas Anual**

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos limites estabelecidos	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira	SEFIN	Analisar os registros contábeis	Demonstrativos extraídos do SIC
Evolução Patrimonial	SEFIN	Analisar as contas patrimoniais	Demonstrativos extraídos do SIC e emitidos pelas Unidades Gestoras
Relatório de Gestão	SEPLAG	Analisar a conformidade das Informações	Relatório e demonstrativos
Processo de Prestação de Contas	SEFIN	Avaliar a regularidade das peças processuais	IN TCE e Lei Nº 12.509